



Eixo 6 – O mundo digital: apropriação e desafios

LexPGE: relato de experiência sobre a criação e desenvolvimento da base de atos normativos do Estado do Pará

LexPGE: an experience report on the creation and development of the State of Pará normative acts database

Luciano JúniorSilva da Silva – Procuradoria-Geral do Estado do Pará –
luciano.jr.silva@gmail.com

Karina de Oliveira Silva – Procuradoria-Geral do Estado do Pará –
karina.silva@pge.pa.gov.br

Ana Margarida Vianna Rodrigues – Procuradoria-Geral do Estado do Pará –
ana.rodrigues@pge.pa.gov.br

Camyla Galeão de Azevedo – Procuradoria-Geral do Estado do Pará –
camyla.azevedo@pge.pa.gov.br

Resumo: Relata-se a experiência de criação e implementação do LexPGE, base de atos normativos do Estado do Pará desenvolvida pela Procuradoria-Geral do Estado, com o objetivo de organizar, tratar preservar e disseminar a legislação estadual. Utilizou-se o método de relato de experiência, fundamentado em práticas de Biblioteconomia, Ciência da Informação e gestão da informação jurídica. O processo envolveu definição de padrões de metadados, indexação com vocabulário controlado e padronização documental. Como resultado, foram disponibilizados mais de 27.897 atos normativos. Conclui-se que o sistema fortalece a democratização da informação jurídica e evidencia a relevância da gestão qualificada da informação no setor público.

Palavras-chave: Informação jurídica. Gestão da informação. Bases de dados. Ciência da informação. Biblioteconomia.

Abstract: This paper reports the experience of creating and implementing LexPGE, a database of normative acts of the State of Pará developed by the Office of the Attorney General of the State to organize, preserve, and disseminate state legislation. The study adopted the experience report method, based on practices of Librarianship, Information Science, and legal information management. The process involved metadata standardization, controlled vocabulary indexing, and document standardization. As a result, more than 27,897 normative acts were made available. The system strengthens



the democratization of legal information and highlights the importance of qualified information management in the public sector.

Keywords: Legal information. Information resources management. Databases. Information science. Librarianship.

1 INTRODUÇÃO

A gestão da informação jurídica no âmbito do setor público constitui desafio permanente para as instituições. A complexidade do ordenamento jurídico brasileiro, marcado pela intensa produção legislativa nos âmbitos federal, estadual e municipal, exige mecanismos eficientes de organização, recuperação e disseminação dos atos normativos. Nesse contexto, a Biblioteconomia e a Ciência da Informação desempenham papel estratégico, especialmente quando aplicadas à documentação jurídica.

A Procuradoria-Geral do Estado do Pará (PGE-PA) é um órgão, criado em 1983, que funciona como instituição permanente responsável pela consultoria jurídica do Estado do Pará. Sua missão é exercer a representação jurídica e o assessoramento na construção de políticas públicas do Estado, atuando como instrumento de promoção da justiça e desenvolvimento social. Ela visa defender os interesses públicos e o patrimônio do estado com excelência técnica.

Nesse contexto, no âmbito da PGE-PA, anterior à criação do LexPGE, a equipe idealizadora enfrentava o desafio de mapear os portais de legislação estadual, bem como realizar o levantamento e a análise dos dois bancos de legislação então existentes na instituição: o da Procuradoria Consultiva e o do Centro de Estudos. Nesse cenário, a criação do sistema LexPGE configurou-se como uma solução estratégica voltada à organização, preservação e disseminação da informação normativa do Estado do Pará.

O presente trabalho relata a experiência da equipe técnica no processo de concepção, implementação e operacionalização do sistema LexPGE, com ênfase nos aspectos relacionados ao tratamento da informação jurídica, à atuação de equipe multidisciplinar e à integração entre gestão da informação e formação acadêmica em Biblioteconomia, por meio de parceria estabelecida com a Faculdade de Biblioteconomia da Universidade Federal do Pará (FABIB/UFPA)



Portanto, este relato tem por objetivo apresentar os desafios enfrentados, as metodologias empregadas e os aprendizados adquiridos ao longo do processo de construção e consolidação de uma base de dados normativa em uma instituição pública, contribuindo para o fortalecimento das discussões no campo da informação jurídica e da Ciência da Informação.

1.1 Contexto institucional e motivação do projeto

A PGE-PA, responsável pela representação jurídica do Estado, necessita de acesso contínuo e confiável às normas do ordenamento jurídico estadual para o pleno exercício de suas atribuições. Antes da criação do LexPGE, a legislação estadual encontrava-se dispersa em diferentes fontes, sem padronização documental e com limitações nos mecanismos de organização, consolidação e recuperação da informação, dificultando o acesso aos conteúdos normativos e comprometendo a eficiência das atividades jurídicas.

Durante a pandemia de Covid-19, essas dificuldades tornaram-se ainda mais evidentes, motivando o então Procurador-Geral do Estado, Dr. Ricardo Nasser Sefer, a demandar à Procuradoria Consultiva (PCON), por meio do seu Núcleo de Pesquisa Jurídica (NPJ), a elaboração de uma solução voltada à organização e ao acesso da legislação estadual. O diagnóstico preliminar identificou cerca de 17.488 atos normativos, incluindo leis, decretos, portarias, resoluções, mensagens do governador e instruções normativas.

Diante desse cenário, iniciou-se a construção do LexPGE, base de atos normativos desenvolvida integralmente no âmbito da PGE-PA, destinada ao armazenamento, preservação, organização e disseminação da legislação estadual. O sistema passou a desempenhar papel estratégico no suporte às atividades jurídicas, contribuindo para a padronização da informação, a transparência administrativa, a segurança jurídica e a ampliação do acesso público à legislação do Estado do Pará.

2 METODOLOGIA E ETAPAS DE TRABALHO

A construção do LexPGE foi desenvolvida de forma colaborativa por equipe técnica multidisciplinar composta por Procuradores, bibliotecários, técnicos de direito e profissionais de informática. A coordenação técnica foi exercida pela Procuradora-Chefe



da Procuradoria Consultiva, Dra. Robina Dias Pimentel Viana, que também presidiu a comissão responsável pelo projeto.

As atividades foram organizadas em quatro grandes frentes de trabalho: (1) identificação e levantamento dos atos normativos a partir do banco de legislação gerido pelo Centro de Estudos (atualmente Escola de Advocacia Pública - ESAP), com revisão sistemática no Diário Oficial do Estado (DOE); (2) tratamento técnico da informação, compreendendo formatação documental conforme Manual de Padronização de Atos LexPGE, revisão textual, elaboração de vocabulário controlado para indexação e consolidação dos atos alterados ou revogados; (3) inserção dos atos na base de dados, com preenchimento padronizado, e (4) elaboração e envio do Alerta Legislativo Diário, serviço de disseminação seletiva da informação normativa para os usuários internos cadastrados, e posteriormente, divulgado no site da PGE-PA.

O tratamento técnico da informação jurídica exigiu cuidados específicos, como a correção de falhas na extração de textos do DOE, a reformatação de atos que continham tabelas em formato de imagem e a adequação de espaçamento, alinhamento e fontes tipográficas conforme os padrões estabelecidos no manual de padronização. A indexação foi realizada por meio de leitura técnica dos atos, com identificação dos descritores mais adequados para representação do conteúdo.

O desenvolvimento do sistema informatizado foi conduzido pela equipe de Tecnologia da Informação da PGE-PA, com aprimoramentos contínuos realizados a partir das demandas apresentadas pela equipe de Biblioteconomia ao longo do processo de construção da base normativa. Nesse contexto, destaca-se a atuação do Analista de Procuradoria – Tecnologia da Informação, M.e. Cleyton Isamu Muto, que participou ativamente da concepção e implementação da primeira versão do LexPGE, contribuindo para a estruturação técnica e funcional da plataforma. Entre os módulos previstos no sistema, destacavam-se a busca avançada, o módulo destinado aos atos normativos internos da Procuradoria e a integração com o sistema de comunicação institucional, voltado ao recebimento de reclamações, sugestões e elogios dos usuários.

2.1 LexPGE 2.0

A evolução do LexPGE para o LexPGE 2.0 representou um avanço no processo de modernização da gestão da informação normativa no âmbito da Procuradoria-Geral do



Estado do Pará. A nova versão passou a incorporar melhorias relacionadas à arquitetura da informação, à padronização documental, à recuperação da informação jurídica e à experiência do usuário, consolidando-se como uma plataforma mais robusta, confiável e alinhada às demandas institucionais. Nesse processo, destacou-se a atuação da então Procuradora-Chefe da Procuradoria Consultiva, Dra. Carla Nazaré Jorge Melém Souza, na integração das equipes técnicas e na continuidade das ações de aprimoramento do sistema. No âmbito tecnológico, os servidores Rafael Souza da Costa e Anderson Pinheiro Sousa Pontes participaram do desenvolvimento, implementação e aperfeiçoamento do LexPGE 2.0.

A implementação do LexPGE 2.0 possibilitou, ainda, o aperfeiçoamento dos mecanismos de atualização normativa, a ampliação das funcionalidades de pesquisa e o fortalecimento da governança da informação jurídica no âmbito estadual. Como resultado desse processo de evolução tecnológica e institucional, o sistema passou a desempenhar papel estratégico na consolidação do acesso oficial à legislação estadual, contribuindo para maior segurança jurídica, transparência administrativa e democratização da informação pública. Nesse contexto, o reconhecimento institucional conferido à equipe responsável pelo projeto evidenciou a relevância do trabalho desenvolvido e o impacto positivo da iniciativa para a administração pública estadual.

A consolidação do LexPGE 2.0 no âmbito institucional também foi evidenciada pela determinação da Controladoria-Geral do Estado do Pará (CGE-PA), informada em junho de 2024, que passou a reconhecer o endereço eletrônico do sistema como fonte oficial para consulta da legislação estadual, assegurando maior confiabilidade, centralização e atualização das informações normativas.

Paralelamente, a publicação de portaria de elogio à equipe responsável pelo projeto representou o reconhecimento institucional à dedicação, ao comprometimento e à eficiência dos servidores da Procuradoria-Geral do Estado envolvidos no desenvolvimento e implementação do LexPGE 2.0 (PARÁ, 2024). Tal reconhecimento reforça a relevância estratégica da iniciativa, cujos resultados já se encontravam plenamente testados e em operação, consolidando o sistema como instrumento fundamental para a gestão e disseminação da informação jurídica no Estado do Pará.



3 PARCERIA COM A FABIB/UFPA

Um dos aspectos mais relevantes da experiência do LexPGE foi a articulação institucional estabelecida com a Faculdade de Biblioteconomia da Universidade Federal do Pará (FABIB/UFPA), materializada por meio do projeto de extensão universitária intitulado “Representação e recuperação da informação jurídica: LexPGE”, coordenado pela Professora Dra. Wendia Oliveira de Andrade. A iniciativa promoveu a integração entre universidade e administração pública, possibilitando a aplicação prática de conhecimentos relacionados à organização, representação e recuperação da informação jurídica, além de contribuir para a formação acadêmica e profissional dos discentes envolvidos no projeto.

Por meio dessa parceria, estudantes do curso de Biblioteconomia da UFPA, selecionados mediante processo formal, passaram a desenvolver atividades extensionistas diretamente no âmbito do sistema LexPGE, na sede da Procuradoria-Geral do Estado do Pará. As atividades desempenhadas pelos extensionistas compreenderam etapas relacionadas ao levantamento, identificação e organização dos atos normativos em planilhas de controle, treinamento operacional na base LexPGE, bem como à inserção, tratamento técnico e formatação dos documentos normativos, em conformidade com as diretrizes e padrões técnicos estabelecidos pela equipe responsável pelo sistema.

Essa experiência proporcionou aos estudantes uma formação prática no campo da documentação jurídica, área de especial relevância para a atuação profissional do bibliotecário. Ao mesmo tempo, contribuiu operacionalmente para o avanço do projeto, ampliando a capacidade de processamento do acervo.

A parceria também ganhou visibilidade acadêmica em novembro de 2021, quando a equipe técnica do LexPGE foi convidada pelo Professor Dr. Lucivaldo Vasconcelos Barros a apresentar o sistema na disciplina Documentação Jurídica da FABIB/UFPA. Na ocasião, a Analista de Procuradoria Ana Margarida Vianna Rodrigues e a Assessora Marilene Oliveira Brocchi apresentaram o projeto aos discentes, abordando a origem do LexPGE, a composição da equipe multidisciplinar e as etapas de trabalho no sistema.



4 RESULTADOS E DESAFIOS

Desde o início das atividades de inserção, em novembro de 2020, até maio de 2026, a equipe inseriu 27.897 atos normativos na base LexPGE. Inicialmente o sistema foi disponibilizado para acesso interno pelos servidores da PGE em fase de testes, com previsão de abertura ao público externo em etapa subsequente.

Gráfico 1 - Quantitativo de atos Inseridos por ano



Fonte: PGE-PA, 2026

O LexPGE constitui uma base de atos normativos estruturada e constantemente atualizada, destacando-se não apenas pelo volume documental e pela diversidade de tipologias normativas disponibilizadas, mas também pelos mecanismos de busca avançada oferecidos aos usuários. Tal característica reforça a perspectiva apresentada por Barros (2016), ao evidenciar o papel do usuário no processo de recuperação da informação, reconhecendo que a efetividade de uma fonte informacional está diretamente relacionada à experiência e às possibilidades de interação proporcionadas ao consulente.

Ademais, no ano de 2021, a PGE-PA promoveu a primeira edição do Prêmio Inova PGE, iniciativa institucional voltada ao reconhecimento e à valorização de projetos desenvolvidos por servidores e procuradores da instituição. Nesse contexto, o projeto LexPGE conquistou o primeiro lugar da premiação, destacando-se por sua relevância para a modernização da gestão da informação jurídica no âmbito estadual. Em decorrência desse reconhecimento, os servidores envolvidos no desenvolvimento do projeto receberam portaria de elogio, em reconhecimento à dedicação, ao



comprometimento institucional e à excelência demonstrada na concepção e implementação da iniciativa.

No ano de 2025 os atos disseminados no alerta Legislativo, produto disponibilizado diariamente, passou a integrar o site da PGE-PA e indexado ao LexPGE (assim como no site da instituição) ampliando sua visibilidade e acesso.

Entre os avanços identificados, destacam-se: o desenvolvimento do sistema informatizado próprio; a elaboração do Manual de Padronização de Atos LexPGE; a estruturação do serviço de Alerta Legislativo Diário; e a formalização da parceria com a FABIB/UFPA para contribuir com a formação de futuros bibliotecários na área jurídica.

No entanto, o processo revelou desafios de diversa natureza. Do ponto de vista técnico-operacional, foram recorrentes problemas como instabilidade da infraestrutura de servidores, perda temporária de acesso ao repositório de atos em razão de falha no servidor principal, necessidade de retrabalho decorrente da não padronização dos arquivos fornecidos por outros órgãos estaduais e limitações na funcionalidade do editor de tabelas do sistema.

5 CONTRIBUIÇÕES PARA A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

A experiência do LexPGE contribui para o campo da Ciência da Informação em diversas dimensões. Do ponto de vista teórico-prático, demonstra como os fundamentos da representação da informação, do controle de autoridades, da indexação e da gestão de bases de dados se aplicam concretamente no ambiente da informação jurídica pública.

A articulação entre a prática profissional em órgão público e a formação acadêmica em Biblioteconomia, por meio do projeto de extensão, é um modelo que evidencia as possibilidades de integração entre universidade e setor público para o fortalecimento da área de informação jurídica.

Por fim, o relato evidencia que a implantação de sistemas de gestão de informação normativa em órgãos públicos não é um processo meramente tecnológico, mas depende essencialmente da competência informacional dos bibliotecários, da gestão eficiente do conhecimento técnico e da continuidade institucional dos projetos.



6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O LexPGE representa uma experiência exemplar de aplicação dos princípios da Biblioteconomia e da Ciência da Informação no contexto do setor público estadual. Ao centralizar, organizar e disponibilizar os atos normativos do Estado do Pará em um sistema de acesso público, a PGE-PA contribui diretamente para a transparência administrativa, a segurança jurídica e o exercício da cidadania informada.

A experiência demonstrou que a construção de uma base de dados normativa é um processo contínuo, que exige planejamento de longo prazo, equipe técnica especializada e estável, suporte tecnológico adequado e articulação permanente entre as diferentes áreas envolvidas. Os desafios identificados ao longo da operação do sistema não diminuem os avanços alcançados, mas apontam caminhos para o aprimoramento do projeto.

A parceria com a FABIB/UFPA reafirma a importância das instituições de ensino superior na formação de profissionais da informação aptos a atuar no campo jurídico, e a necessidade de que essa formação seja continuamente alimentada por experiências práticas em ambientes reais de trabalho.

Espera-se que este relato de experiência possa subsidiar outras iniciativas semelhantes em órgãos públicos, contribuindo para a disseminação de boas práticas na gestão da informação jurídica e para o fortalecimento da Ciência da Informação como área estratégica para o Estado.

REFERÊNCIAS

BARROS, Lucivaldo Vasconcelos. **Teoria e prática da pesquisa em jurisprudência: da procura e uso da informação para sustentar teses e estudos jurídicos**. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

PARÁ. PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARÁ. **Atividade de Extensão PGE-PA e FABIB/UFPA**. Belém: PGE-PA, 2021.

PARÁ. PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARÁ. **Diagnóstico LexPGE: Período novembro de 2020 a abril de 2021**. Belém: PGE-PA, 2021.

PARÁ. PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARÁ. **Portaria nº 053/2024-PGE.G, DE 16 DE JANEIRO DE 2024 - Prêmio Inova PGE e a necessidade de expressar o reconhecimento à meritória atuação funcional**. Belém: PGE-PA, 2024.



PARÁ. PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARÁ. **Portaria nº 921/2024-PGE.G**, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2024 – Portaria de elogio, pela valorosa contribuição à Administração Pública estadual, pelo trabalho desenvolvido no “Projeto LEXPGE 2.0”.

PARÁ. PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARÁ. **Projeto LexPGE**: Base de Atos Normativos do Estado do Pará. Belém: PGE-PA, 2020.

PARÁ. PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARÁ. **Projeto LexPGE**: Resumo Técnico. Belém: PGE-PA, jan. 2021.

PARÁ. PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARÁ. **Um olhar para o futuro, do escritório de Projetos da PGE/PA e novos produtos da Diretoria de Tecnologia da Informação**. Vídeo. 1h17 min. Publicado pelo canal Procuradoria-Geral do Estado. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4jQz2F70iqw&t=3402s>. Acesso em: 11 maio. 2026.

PARÁ. PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARÁ. **Sistema LEXPGE**: manual de padronização de atos. Belém: PGE-PA, 2021.

SILVA, Eddie Carlos Saraiva da; CÂNDIDO, Gilberto Gomes; MORAES, João Batista Ernesto de. Organização da Informação Jurídica: estudo da representação e design da informação aplicados no sistema LexPGE. **Brazilian Journal of Information Science: research trends**, Marília, SP, v. 17, p. e023034, 2023. DOI: 10.36311/1981-1640.2023.v17.e023034. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/14605>.. Acesso em: 11 maio. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Faculdade de Biblioteconomia. **Projeto de Extensão**: Representação e recuperação da informação jurídica: LexPGE. Belém: FABIB/UFPA, 2021.

